



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

Aos 28 dias do mês de setembro de 2016, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata n.º 50 relativa à reunião do dia 21 de setembro de 2016;**
2. **Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo as fundos europeus de capital de risco e o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativos aos fundos europeus de empreendedorismo social [COM(2016)461] - Prazo de Subsidiariedade: 28 de setembro**
Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD);
3. **Distribuição do Projeto de Lei n.º 302/XIII (2.ª) (BE) - Fim de cláusulas abusivas de mobilidade geográfica e funcional**
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;
4. **Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade sobre a Petição n.º 28/XIII (1.ª), da iniciativa de Estêvão Domingos de Sá Sequeira - Abrangência da Atividade das Organizações de Economia Social**
Deputado relator: GP do CDS-PP
5. **Deliberação sobre a distribuição do Relatório relativo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - COM (2016) 2016: Lançamento de uma consulta sobre um Pilar Europeu dos Direitos Sociais**
Deputado relator: GP do PS;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

6. Audição com a Comissária Europeia Marianne Thyssen - dia 6 de outubro 2016;
7. Sessão de homenagem aos mineiros de Urânio proposta pelo GP do PS;
8. Outros assuntos.

-
1. Apreciação e votação da ata n.º 50 relativa à reunião do dia 21 de setembro de 2016;

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

2. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo as fundos europeus de capital de risco e o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativos aos fundos europeus de empreendedorismo social [COM(2016)461] - Prazo de Subsidiariedade: 28 de setembro
Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD);

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) procedeu à apresentação do relatório de sua autoria, alertando para o facto do mesmo incidir sobre uma matéria muito árida e com uma ligação muito residual às atribuições da Comissão de Trabalho e Segurança Social. Todavia, tendo em conta o que percebeu ser o objetivo da Proposta de Regulamento [COM(2016)461] - alavancar o investimento no empreendedorismo social a nível Europeu -, considera que a Comissão se deve pronunciar sobre ele, conforme relatou.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente cumprimentou a relatora pelo trabalho efetuado. Também a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS), o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) e o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) o fizeram.

Porém, acrescentou o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) que o seu Grupo Parlamentar é mais crítico quanto ao instrumento visado na Proposta de Regulamento e ao objetivo que este pretende alcançar, posição que o seu Grupo Parlamentar assume por discordar das políticas Europeias seguidas em matéria social. Por estes motivos, informou que o Grupo Parlamentar do BE se iria abster na votação do relatório apresentado.

Por seu lado, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) manifestou dificuldade em concretizar a utilidade do instrumento visado na Proposta de Regulamento, bem como a sua aplicação prática a nível nacional. O Grupo Parlamentar do PCP também não se identifica com o conceito de empreendedorismo social. Informou que são estas objeções de fundo que levam o GP do PCP a abster-se na votação do relatório apresentado.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, e do CDS-PP e as abstenções do BE e PCP.

3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 302/XIII (2.ª) (BE) - Fim de cláusulas abusivas de mobilidade geográfica e funcional
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;

O Coordenador do GP do CDS-PP informou que o Deputado autor do parecer será indicado posteriormente.

4. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade sobre a Petição n.º 28/XIII (1.ª), da iniciativa de Estêvão Domingos de Sá Sequeira - Abrangência da Atividade das Organizações de Economia Social
Deputado relator: GP do CDS-PP



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente submeteu à apreciação da Comissão a proposta de indeferimento liminar, constante da nota de admissibilidade sobre a Petição n.º 28/XIII (1.ª), por esta carecer de fundamento. Informou que aquele peticionário já apresentou na Assembleia da República aproximadamente mais de 16 petições individuais, e que algumas das quais foram tratadas como expediente.

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) informou que o GP do CDS-PP concorda com a proposta de indeferimento da petição. Contudo, propôs que fosse feita uma reflexão sobre esta matéria, por forma a garantir o exercício do Direito de Petição por parte dos cidadãos, objetivo que se pode frustrar em resultado do uso incorreto pelos cidadãos deste instrumento de participação democrática, ao verem as suas pretensões ser sucessivamente indeferidas liminarmente, risco que parece correr o peticionário. Propôs que o cidadão em causa fosse contactado pelos serviços da Assembleia da República e esclarecido sobre a forma como devem ser ultrapassadas as vicissitudes encontradas nesta petição, e que a questão seja abordada numa próxima Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares pelo Senhor Presidente da Comissão.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) considerou que ou se entende que a Lei de Exercício do Direito de Petição deve ser alterada ou se entende que ela assegura o exercício dos direitos dos cidadãos e simultaneamente o regular funcionamento da Assembleia da República ao prever a possibilidade do indeferimento liminar da petição, como é seu entendimento.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) disse que, com esforço, consegue entender o peticionado.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) e o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) discordaram do tratamento de petições como expediente e reforçaram a ideia de que o cidadão deve ser contactado pelos serviços da Assembleia da República e esclarecido sobre a forma correta como se deve relacionar



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

com a Assembleia da República, em função da sua pretensão. Concordam com a proposta de indeferimento liminar da petição.

Submetida à votação, foi a nota de indeferimento liminar aprovada por unanimidade.

5. Deliberação sobre a distribuição do Relatório relativo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - COM (2016) 2016: Lançamento de uma consulta sobre um Pilar Europeu dos Direitos Sociais
Deputado relator: GP do PS;

Foi designado relator o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS).

6. Audição com a Comissária Europeia Marianne Thyssen - dia 6 de outubro 2016;

O Senhor Presidente submeteu à consideração da Comissão propor à Senhora Comissária Europeia Marianne Thyssen que, no âmbito da sua deslocação a Portugal, no próximo dia 6 de outubro, esta encontrasse outra hora e mais tempo (disponibilidade de cerca de 1 hora e 30 minutos), para a realização da reunião de trabalho proposta com membros da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República, porquanto terá no seu enfoque temas sociais muito relevantes para a Comissão.

Informou que a Senhora Comissária Europeia Marianne Thyssen fará a sua intervenção em Inglês e que os serviços da Comissão Europeia providenciarão um intérprete para assegurar a tradução para Português.

A Comissão concordou com a proposta.

7. Sessão de homenagem aos mineiros de Urânio proposta pelo GP do PS;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

Os Grupos Parlamentares acordaram organizar entre si um grupo de trabalho informal, composto por um representante de cada Grupo Parlamentar, a fim de, ouvidos os homenageados, ultimar os preparativos da homenagem proposta, designadamente para: definir o seu âmbito (homenagem a todos os mineiros ou apenas aos mineiros de Urânio), elaborar o programa e indicar a data da homenagem. O programa elaborado será apresentado à Comissão e, após apreciação e aprovação, submetido ao Presidente da Assembleia da República.

Excluída ficou a proposta inicial da homenagem se realizar no dia 4 de dezembro, dia de Santa Bárbara, santa padroeira de todos os mineiros, uma vez que, nesta data se realiza o Congresso Nacional do PCP.

8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão propor que a audição do Senhor Ministro das Finanças se realizasse no dia 7 de outubro, à tarde, ou, em alternativa, no dia 12 de outubro, de manhã.

Informou a Comissão da necessidade de proceder à Retificação da Lei n.º 34/2016, de 24 de agosto, que elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem), porque enferma de pequenas incorreções. As correções propostas serão remetidas aos senhores Deputados Coordenadores para apreciação e validação.

O Senhor Presidente pôs ainda à consideração da Comissão a designação de um Deputado, preferencialmente o Relator do Parecer, para representar a Comissão numa reunião interparlamentar organizada pela Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu sobre a proposta de diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores, a realizar no próximo dia 12 de outubro, entre as 15h e as 17h30, no Parlamento Europeu, em Bruxelas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

Foi deliberado que a designação desse Deputado será articulada com a Comissão dos Assuntos Europeus para garantir a pluralidade da delegação e, dada a impossibilidade de, por motivos pessoais, o relator do parecer na CTSS, Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), participar na reunião, ficou acordado que essa escolha incumbirá ao GP do PSD, uma vez que da Comissão de Assuntos Europeus a escolha irá recair num Deputado do GP do PS.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação áudio parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 30 setembro 2016.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 51/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Inês Lamego
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Helga Correia

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Sofia Araújo

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Carla Barros